

EDIÇÃO

12

DEZEMBRO 2025

# INFORMATIVO



# LEGAL

BOLETIM  
INFORMATIVO  
JURÍDICO  
MENSAL



## Editorial

A última edição do *Informativo Legal* de 2025 convida você, leitor(a), a dar uma pausa na correria típica do fim de ano para se informar sobre os principais assuntos do momento! Abrimos o boletim com uma análise sobre as mudanças na Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a fim de que você possa ficar atento(a) às novas formas de obtê-la. As festividades já estão virando a esquina e, nesse momento, a nossa lista de compras já está lotada de itens. Por isso, trazemos uma matéria sobre o ônus da prova no Direito do Consumidor. Dezembro é mês de campanha de conscientização contra o abandono de animais. Nós falamos mais sobre isso também. Por fim, damos dicas valiosas sobre como se proteger de fraudes com o PIX. O nosso objetivo é manter você muito bem informado(a), oferecendo dicas valiosas no campo jurídico. Agradecemos a você, leitor(a), por nos acompanhar ao longo de 2025! Que o próximo ano seja repleto de boas leituras e conquistas!

Equipe do *Informativo Legal*

## Nesta edição

CNH mais acessível:  
conheça os principais  
pontos da proposta  
Pg. 2

A inversão do ônus da  
prova no Direito do  
Consumidor: o que é e  
como funciona?  
Pg. 4

Dezembro Verde: mês  
de conscientização  
contra o abandono de  
animais  
Pg. 6

Principais tentativas  
de fraude com o PIX e  
como se proteger  
Pg. 8





## **CNH MAIS ACESSÍVEL: CONHEÇA OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA**

*Stephany Villalpando*

O processo para obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) será modernizado, com medidas que facilitam o acesso e reduzem os custos, sem comprometer a segurança no trânsito.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou, de forma unân-

nime, uma medida que marca uma mudança significativa no processo de habilitação de condutores no Brasil: o fim da obrigatoriedade de frequentar autoescola para obtenção da CNH.

É importante ressaltar, contudo, que a medida ainda não está em vi-

gor. A resolução só terá validade a partir da sua publicação no Diário Oficial da União (DOU). Até lá, continuam válidas as regras atuais que exigem a matrícula em Centros de Formação de Condutores (CFCs) para as categorias de habilitação iniciais.

Dentre as principais alterações, temos as seguintes:

### Curso teórico gratuito e totalmente digital



O conteúdo teórico será disponibilizado de forma on-line e gratuita pelo Ministério dos Transportes. Quem preferir, poderá estudar presencialmente em autoescolas ou instituições credenciadas.

### Aulas práticas com carga horária mínima de apenas duas horas



A exigência atual de 20 horas-aula será reduzida para, no mínimo duas horas. O candidato poderá escolher entre:

- a) Autoescolas tradicionais;
- b) Instrutores autônomos credenciados pelos Detrans;
- c) Preparações personalizadas conforme a sua necessidade.

### Instrutores autônomos autorizados



Profissionais autônomos poderão ser autorizados e fiscalizados pelos Detrans, seguindo critérios nacionais. A identificação e o controle serão integrados à Carteira Digital de Trânsito.

### Menos burocracia



O cidadão só precisará ir presencialmente para etapas obrigatórias, como coleta biométrica e exame médico. Todo o restante poderá ser feito digitalmente.

Assim que publicada, a medida apresentará um avanço no sentido da desburocratização do processo de habilitação e poderá impactar direta-

mente o funcionamento das autoescolas em todo o país, além de reduzir significativamente os custos para os interessados em possuir a CNH.

# A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO DO CONSUMIDOR: O QUE É E COMO FUNCIONA?



*Juliana Vale dos Santos*

Aos olhos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), nas relações de consumo, como compras, serviços e contratos, o consumidor está em situação de desvantagem perante o fornecedor. Isso porque a legislação compreende que o consumidor possui menos informação, menos conhecimento técnico e, muitas vezes, menos condições de provar que houve um problema.

Por isso, o CDC criou um instrumento importante chamado “inversão do ônus da prova”. Ele ajuda o consumidor a defender os seus direitos quando há dificuldade de provar o que aconteceu.

Dentro do mundo jurídico, “ônus da

prova” significa de quem é a obrigação de provar os fatos num processo. Em regra, cada parte precisa provar aquilo que está afirmando. Mas, nas relações de consumo, muitas vezes o consumidor não tem condições de apresentar provas. Assim, para equilibrar essa diferença, o CDC permite que, em alguns casos, o juiz mude essa regra: em vez de o consumidor ter que provar tudo o que está sendo alegado, a empresa é que terá que apresentar as provas. A isso, chamamos inversão do ônus da prova.

O juiz poderá aplicar a inversão do ônus da prova nos seguintes casos.





## **VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES**

Quando a história do consumidor parece real, coerente e faz sentido diante do caso.

## **HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR**

Significa que o consumidor está em situação de desvantagem, como quando há falta de conhecimento técnico, falta de acesso a documentos que estão com a empresa ou dificuldade financeira para produzir provas.



É importante lembrar que não é preciso cumprir os dois requisitos; basta que um deles esteja presente. A inversão não ocorre automaticamente, com algumas exceções previstas em lei. O juiz avalia o caso e decide se ela é necessária para garantir justiça e equilíbrio. Quando decide pela inversão, o juiz precisa avisar a empresa para que ela tenha oportunidade de apresentar sua defesa.

A inversão é uma proteção importante, mas não é ilimitada. Nesse sentido, a empresa não pode ser obrigada a provar algo impossível e o consumidor também deve apre-

sentar, pelo menos, um mínimo de informações sobre o que aconteceu.

A inversão, portanto, garante equilíbrio e justiça nas relações de consumo. É um instrumento essencial para proteger o consumidor, ajuda a equilibrar a relação com as empresas e permite que pessoas comuns possam defender os seus direitos de forma mais justa e acessível. Quando usada corretamente, essa regra aumenta a confiança no sistema de justiça e contribui para relações de consumo mais transparentes, respeitando a dignidade e a boa-fé do consumidor.

# DEZEMBRO VERDE

## MÊS DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O ABANDONO DE ANIMAIS


O mês de dezembro marca a campanha *Dezembro Verde*, movimento voltado à conscientização sobre o abandono e os maus-tratos a animais, especialmente cães e gatos. A iniciativa busca reforçar a importância da guarda responsável e sensibilizar a sociedade para a proteção dos animais, tema que possui amparo direto na legislação brasileira.


A Constituição Federal, em seu art. 225, § 1º, VII, estabelece que o Poder Público e a coletividade têm o dever de proteger a fauna e impedir práticas


cruéis. Também nesse sentido, a Lei nº 14.064/2020 ampliou as penalidades para casos de maus-tratos, evidenciando a necessidade de atenção permanente ao bem-estar animal.


A escolha do mês de dezembro relaciona-se ao aumento de abandonos nesse período, motivados por viagens, mudanças familiares e adoções impulsivas durante as festas de fim de ano. Por isso, a campanha reforça a importância do planejamento e da responsabilidade que acompanham a decisão de acolher um animal.


### Dicas práticas de guarda responsável e prevenção ao abandono:


 **Planejamento antes de adotar:** avalie se há disponibilidade de tempo, recursos financeiros e espaço para atender às necessidades do animal ao longo de toda a vida.

 **Organização para viagens:** em caso de férias, programe hospedagem adequada, cuidadores de confiança ou transporte compatível com o animal. Nunca o deixe desacompanhado.

 **Identificação e segurança:** utilize coleiras com identificação, microchip (quando possível) e mantenha vacinas e cuidados veterinários em dia.

 **Ambiente adequado:** certifique-se de que o animal dispõe de alimentação adequada, água fresca, abrigo, higiene e um espaço seguro e confortável.

 **Atenção a sinais de maus-tratos:** caso presencie abandono ou agressões, registre a ocorrência e acione a polícia ou órgãos municipais competentes. A denúncia é um ato de proteção.

 **Educação e conscientização:** incentive familiares e amigos a refletirem sobre a guarda responsável, especialmente neste período em que a adoção por impulso é mais comum.

O *Dezembro Verde* representa um importante chamado à responsabilidade coletiva. Mais do que uma campanha, é

um convite para fortalecermos práticas éticas e conscientes, garantindo proteção, dignidade e bem-estar aos animais.

Ana Laura Costa








## PRINCIPAIS TENTATIVAS DE FRAUDE COM O PIX E COMO SE PROTEGER

O PIX, sistema de pagamentos instantâneos criado pelo Banco Central, revolucionou as transações financeiras no Brasil pela rapidez e praticidade. No entanto, essa popularidade também atraiu criminosos que desenvolvem diversas estratégias para aplicar golpes. Conhecer as principais modalidades é essencial para se proteger.


### PRINCIPAIS AMEAÇAS


 **Clonagem de WhatsApp:** Golpistas invadem contas de WhatsApp e pedem transferências via PIX para amigos e familiares da vítima. A prevenção inclui ativar a verificação em duas etapas e desconfiar de pedidos urgentes.

 **Falsos anúncios e vendas:** Criminosos criam anúncios falsos em redes sociais ou marketplaces, solicitando pagamento antecipado via PIX. A dica é nunca pagar antes de confirmar a procedência do vendedor e usar plataformas seguras.

 **QR Codes falsos:** Em eventos ou estabelecimentos, fraudadores po-

dem substituir QR Codes legítimos por códigos falsos. Sempre confira os dados do recebedor antes de confirmar a transação.

 **Phishing e links maliciosos:** Mensagens falsas simulando bancos ou empresas induzem o usuário a clicar em links e a fornecer dados pessoais. Nunca informe senhas ou códigos fora dos canais oficiais.

 **Golpe do falso suporte:** Criminosos se passam por atendentes de bancos, alegando problemas na conta e pedindo transferências para "corrigir" erros. Bancos nunca solicitam PIX para ajustes.

### Como se proteger?

- Ative a autenticação em duas etapas em aplicativos.
- Verifique os dados do destinatário antes de confirmar.
- Nunca compartilhe senhas ou códigos por telefone ou mensagem.
- Utilize antivírus e mantenha dispositivos atualizados.
- Em caso de golpe, registre boletim de ocorrência e comunique o banco imediatamente.

O PIX é seguro, mas a atenção do usuário é fundamental para evitar prejuízos. Informação e cautela são as melhores armas contra fraudes.



Denis Rodrigo de Lima  
Coordenador de TI

### EXPEDIENTE

**Juliana Vale dos Santos**  
Coordenadora jurídica

**Stephany Villalpando Gomez**  
Advogada

**Ana Laura Costa**  
Assistente jurídica



**Bruna San Gregório**  
Coordenadora editorial

**Bruna Diseró**  
Assistente editorial

**Cintia Machado dos Santos**  
Analista editorial

Acesse on-line:

<https://saocamilo-sp.br/publicacoes/informativo-legal/>

E-mail: [secretariapublica@saocamilo-sp.br](mailto:secretariapublica@saocamilo-sp.br)

**Nota:** Algumas das imagens utilizadas no boletim foram geradas por inteligência artificial.



CENTRO UNIVERSITÁRIO  
SÃO CAMILO